

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

PORTARIA Nº 313, DE 25 DE MAIO DE 2020

A Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das suas atribuições, estabelecidas pelo Decreto 8.932 de 14 de dezembro de 2016 - Estatuto da Fiocruz, resolve:

Art. 1º Declarar, com fulcro no art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/90, a vacância, a pedido, do cargo de Técnico em Saúde Pública, classe 3, padrão II, ocupado pelo servidor IGO VIEIRA DE SOUZA, Matrícula Siape nº 1556019, a partir de 25/05/2020, consoante o disposto no Processo nº 25420.100101/2020-11.

Art. 2º Declarar vago o cargo acima.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em Diário Oficial da União.

ANDREA DA LUZ CARVALHO

Ministério do Turismo**GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 252, DE 27 DE MAIO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 6º, do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, e no art. 1º do Decreto nº 10.108, de 7 de novembro de 2019, resolve:

EXONERAR RAFAEL ARRELARO do cargo comissionado de Chefe de Gabinete, código DAS 101.4, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado a este Ministério.

MARCELO HENRIQUE TEIXEIRA DIAS

PORTARIA Nº 253, DE 27 DE MAIO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 6º, do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, e no art. 1º do Decreto nº 10.108, de 7 de novembro de 2019, resolve:

NOMEAR MARCO ANTONIO FERREIRA DELGADO, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Gabinete, código DAS 101.4, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado a este Ministério.

MARCELO HENRIQUE TEIXEIRA DIAS

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 86, DE 27 DE MAIO DE 2020

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso III do art. 5º da Portaria MTur nº 390, de 18 de dezembro de 2019, considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2017, e, ainda, pela Lei nº 9.007, de 17 de março de 1995, e demais informações que constam do processo nº 72031.003852/2020-54, resolve:

Art. 1º Efetivar a requisição do servidor CLÁUDIO CORRÊA VASQUES, matrícula nº 2164741, pertencente ao Quadro de Pessoal deste Ministério, para assumir Função Comissionada do Poder Executivo, código FCPE 103.2, Chefe de Projeto II, e exercer suas atividades no Departamento de Pesquisa da Secretaria de Publicidade e Promoção, da Secretaria Especial de Comunicação Social/SEGOV-PR.

Art. 2º O ônus pela remuneração é do órgão requisitado (§ 1º do art. 93, da Lei nº 8.112/90).

Art. 3º Torna-se sem efeito o disposto nesta Portaria caso o servidor não se apresente ao órgão requisitante no prazo de trinta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DINIZ NEPOMUCENO

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS**

PORTARIA Nº 18, DE 27 DE MAIO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL NO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Portarias nº 673, de 16 de outubro de 2009, e considerando ainda, o disposto no Edital de Concurso nº 01/2020 - 33ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2020, publicado no DOU de 23 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Constituir a Comissão Estadual de Avaliação da 33ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade - 2020 para pré-seleção das ações inscritas nesta Superintendência do Iphan, composta pelos seguintes Membros: Allyson Ribeiro e Silva Cabral, Superintendente do Iphan em Goiás, Luciana Coelho Barbosa, Doutora em História, com experiência e atuação em história da América Latina, identidade, cultura, arte, ensino de História, Patrimônio Cultural e Historiadora na Secretaria de Estado de Cultura de Goiás, Welbia Carla Dias, Comunicadora Social e Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPHAN/UFRJ), Gislaire Valério de Lima Tedesco, Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás. Desenvolve pesquisa na área de Patrimônio Material e Imaterial. Docente, Coordenadora do Núcleo de Arqueologia e do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás e Keley Cristina Carneiro, Historiadora pela Universidade Federal de Goiás - UFG, Mestre em Culturas, Fronteiras e identidades e Doutora em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Docente na Universidade Estadual de Goiás.

Art. 2º A presente Comissão será presidida pelo Superintendente da Superintendência do Iphan em Goiás, Allyson Ribeiro e Silva Cabral, designado conforme item 8.1 do Edital supracitado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALLYSON RIBEIRO E SILVA CABRAL

Controladoria-Geral da União**SECRETARIA EXECUTIVA**

PORTARIA Nº 1.217, DE 27 DE MAIO DE 2020

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria CGU nº 423, de 20 de fevereiro de 2015, resolve:

Subdelegar ao Senhor GIOVANNI PACELLI CARVALHO LUSTOSA DA COSTA, Superintendente da Controladoria Regional da União no Estado do Ceará, competência para firmar, nos termos propostos no processo administrativo nº 00206.100104/2020-69, Acordo de Cooperação Técnica entre a Controladoria-Geral da União e a Polícia Civil do Estado do Ceará.

JOSE MARCELO CASTRO DE CARVALHO

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 79, DE 26 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições contidas nos arts. 130-A, I, da Constituição Federal e 12, XVI, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, e tendo em vista o disposto nos arts. 9º e 35 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Dispensar a servidora PRISCILA RIBEIRO MARTINS CERQUEIRA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula nº 18.935, do exercício da função de confiança de Assistente, código FC-3, da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, prevista na Lei nº 12.412/2011.

Art. 2º Designar a servidora MARINA FIGUEIREDO COELHO, ocupante do cargo de Analista Jurídico, matrícula nº 82.332, para o exercício da função de confiança mencionada no art. 1º da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA Nº 80, DE 26 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições contidas nos arts. 130-A, I, da Constituição Federal e 12, XVI, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, e tendo em vista o disposto nos arts. 9º e 35 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Exonerar o servidor WILSON ALVES DA SILVA, ocupante do cargo de Analista Jurídico, matrícula nº 16.883, do exercício do cargo em comissão de Assessor-Chefe, código CC-4, da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, previsto na Lei nº 12.412/2011.

Art. 2º Nomear a servidora PRISCILA RIBEIRO MARTINS CERQUEIRA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula nº 18.935, para o exercício do cargo em comissão mencionado no art. 1º da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA Nº 81, DE 26 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições contidas nos arts. 130-A, I, da Constituição Federal e 12, XVI, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Nomear o servidor WILSON ALVES DA SILVA, ocupante do cargo de Analista Jurídico, matrícula nº 16.883, para o exercício do cargo em comissão de Assessor - Nível IV, código CC-4, de Gabinete de Conselheiro do Ministério Público Estadual, previsto na Lei nº 12.412/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA Nº 76, DE 27 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições previstas nos arts. 130-A, I, da Constituição Federal, 12, XX, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público e 1º, §§ 3º e 4º, da Portaria CNMP-PRESI nº 70, de 27 de março de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 19.00.2014.0009847/2019-85, resolve:

Art. 1º O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CNMP-PRESI nº 221, de 21 de novembro de 2019, passa a desenvolver suas atribuições no âmbito da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro.

Art. 2º O art. 1º da Portaria CNMP-PRESI nº 221, de 21 de novembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Instituir, no âmbito da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro - CCAF, o Grupo de Trabalho - GT Rede Ação Íntegra, incumbido de desenvolver e propor, no prazo de 1 (um) ano, "Estratégia Nacional de Prevenção Primária à Corrupção." (NR)

Art. 3º O inciso I do art. 2º da Portaria CNMP-PRESI nº 221, de 21 de novembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....
I - MAURÍCIO ANDREIUOLO RODRIGUES, Procurador Regional da República, que exercerá as funções de Coordenador;" (NR)

Art. 4º O caput e o § 2º do art. 3º da Portaria CNMP-PRESI nº 221, de 21 de novembro de 2019, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O GT poderá ser composto por outros membros ou servidores do Ministério Público, representantes de órgãos e entidades governamentais, bem como representantes da sociedade civil, a serem convidados pelo Conselheiro Nacional do Ministério Público que preside a CCAF.

.....
§ 2º Considerar-se-á instalado o GT na data em que ocorrer sua primeira reunião, a ser designada pelo Conselheiro Nacional do Ministério Público que preside a CCAF." (NR)

Art. 5º O art. 4º da Portaria CNMP-PRESI nº 221, de 21 de novembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A CCAF indicará no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da publicação da presente Portaria, outros membros do Ministério Público e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, para atuarem na condição de colaboradores do GT." (NR)

Art. 6º O art. 5º da Portaria CNMP-PRESI nº 221, de 21 de novembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Determinar que o Secretário-Geral do CNMP exerça a função de Secretário Executivo do GT, com a função de apoiar a coordenação na condução dos trabalhos, a ser desempenhada com o eventual auxílio de órgão ou entidade pública convidada pelo Conselheiro Nacional do Ministério Público que preside a CCAF." (NR)

Art. 7º O caput e o parágrafo único do art. 7º da Portaria CNMP-PRESI nº 221, de 21 de novembro de 2019, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Na construção da estratégia de que trata a presente portaria, a coordenação do GT, com o apoio do Secretário Executivo e dos órgãos e entidades a serem convidados, adotará as medidas necessárias para execução de atividades e projetos, administração de páginas na Internet e bancos de dados e de propostas, coordenação de campanhas, eventos, prêmios e outras iniciativas entendidas como necessárias, respeitados os limites orçamentários previstos para tanto e as outras atividades desempenhadas pela CCAF.

Parágrafo único. Caberá ao Conselheiro Nacional do Ministério Público que preside a CCAF estabelecer, sempre que necessário, orientações e diretrizes para a coordenação do GT, bem como dirimir dúvidas e solucionar casos omissos, para que as ações de planejamento e implementação ocorram em consonância com o planejamento estratégico e com a atuação institucional do CNMP." (NR)

Art. 8º O art. 8º da Portaria CNMP-PRESI nº 221, de 21 de novembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e também servirá para formalizar a abertura de Procedimento Interno de Comissão no âmbito da CCAF." (NR)

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS



Ministério Público da União

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 628, DE 27 DE MAIO DE 2020

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso das suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 683, de 26 de setembro de 2013, e considerando o disposto no art. 9º - inciso I e art. 10 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o que consta do Processo nº 1.00.000.006651/2006-51, em cumprimento da sentença proferida nos autos da Ação de Procedimento Comum nº 40533.64.2013.4.01.3400, constante no Despacho nº 149/2020/ CONJUR, conforme o expediente PGR-00194139/2020, resolve:

Art. 1º NOMEAR, em caráter efetivo, o candidato habilitado em concurso público, no cargo discriminado e na respectiva lotação do Ministério Público da União, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste ato no Diário Oficial da União.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO

ANEXO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

I CARGO: ANALISTA DO MPU/DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, NÍVEL MÉDIO, CLASSE: "A", PADRÃO: 1

CLAS.	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	UF	CIDADE DE LOTAÇÃO	ORIGEM DA VAGA
103	128420	THIAGO RICARDO CASTRO SANTOS	DF	PGR (BRASÍLIA)	APOSENTADORIA - ANTONIO YOSHINOBU KUWAE, - PT/SG-184, DE 26/03/2018, DOU DE 02/04/2018.

ESCOLA SUPERIOR

PORTARIA Nº 69, DE 26 DE MAIO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - ESMPU, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 30, inciso XXXIII do Estatuto da ESMPU, e tendo em vista o disposto nos arts. 143, 148 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, a contar do dia 30 de maio de 2020, o prazo concedido à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instituída a partir da Portaria ESMPU nº 038, de 26 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União - Edição 62, Seção 2, página 69, em 31 de março de 2020, para dar continuidade aos trabalhos de apuração dos fatos relatados no Processo SEI nº 0.01.000.1.003745/2019-96, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL

PORTARIAS DE 27 DE MAIO DE 2020

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, resolve:

Nº 446 - Designar a servidora JULIANA PESSOA PACCA, matrícula 5469-1, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Auxiliar de Gabinete de Promotoria da 3ª Promotoria de Justiça de Execuções das Penas e Medidas Alternativas da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código FC-01 (64001135) (Tabularium nº 08191052962/2020-16).

Nº 449 - Designar, a contar de 15/6/2020, a servidora FERNANDA MARIA TEIXEIRA BARRETO MELO, matrícula 3526-2, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente de Gabinete de Promotoria da 2ª Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Taguatinga, código FC-02 (70001050), dispensando, em consequência, a servidora BRUNA CECCONI KOERICH, matrícula 5312-1 (Tabularium nº 08191052446/2020-83).

RENATO LUQUEIZ SALLES

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 123, DE 26 DE MAIO DE 2020

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso XXII, e o artigo 7º, inciso III, ambos do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5/5/2015, em cumprimento à decisão proferida na Ação nº 0804220-11.2016.4.05.8200, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.009222/2020-94, e na Informação 7475/2020/SGP - PGR-00187953/2020, resolve:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria SG/MPF nº 239, de 20/3/2017, publicada no DOU de 21/3/2017, que concedeu aposentadoria por invalidez permanente, decorrente de doença não especificada em lei, à servidora MARIA CRISTINA LOIO RODRIGUES, matrícula 2615, Técnico do MPU/Apoio-Técnico-Administrativo/Administração, código TC 010101, classe C, padrão 13, da Carreira de Técnico do Ministério Público da União, motivada na Ação Ordinária nº 0804220-11.2016.4.05.8200, em trâmite no Tribunal Regional da 5ª Região.

Art. 2º CONCEDER aposentadoria por invalidez, decorrente de doença especificada em lei, à servidora MARIA CRISTINA LOIO RODRIGUES, matrícula 2615, a contar de 21/3/2017, Técnico do MPU/Administração, código TC 020101, classe C, padrão 13, da Carreira de Técnico do Ministério Público da União, com fundamento no artigo 40, §1º, inciso I, primeira parte, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, observando-se as disposições contidas no artigo 6º-A da mesma emenda, incluído pela Emenda Constitucional nº 70, publicada no DOU de 30/3/2012, aplicando-se a vantagem do artigo 62-A da Lei 8.112 de 11/12/1990, acrescido pelo artigo 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4/9/2001, publicada no DOU de 5/9/2001, com efeitos financeiros a contar de 7/4/2020, data de ciência deste órgão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO

PORTARIA Nº 125, DE 26 DE MAIO DE 2020

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º - inciso XXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Exonerar, a pedido, ERICK BILL VIDIGAL, a partir de 26 de maio de 2020, Doutor em Direito, Requisitado do Conselho Nacional do Ministério Público, matrícula nº 30564, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete Nível VI, CC-6, da Secretaria Geral do Ministério Público Federal.

EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA

PORTARIA Nº 639, DE 25 DE MAIO DE 2020

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 7º - inciso III, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00193370/2020, resolve:

1. Dispensar LARISSA RATHGE RANGEL PEREIRA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 14691, do encargo de substituta eventual do Secretário Executivo Nível V, CC-5, da Secretaria Executiva, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

2. Designar CLARISSA CASTRO WERMELINGER, Bacharela em Direito, matrícula nº 14226, para exercer o encargo de substituta eventual do Secretário Executivo Nível V, CC-5, da Secretaria Executiva, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO

PORTARIA Nº 645, DE 27 DE MAIO DE 2020

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º - inciso XXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 9º - Parágrafo único e inciso II da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nomear DENISE COSTA RECEDIVE, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 20017, para exercer, interinamente, o cargo em comissão de Chefe de Gabinete Nível VI, CC-6, da Chefia de Gabinete da Secretaria Geral do Ministério Público Federal, em vaga decorrente da exoneração de Erick Bill Vidigal, ocorrida em 27 de maio de 2020, publicada no DOU de 28 de maio de 2020.

EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 349, DE 26 DE MAIO DE 2020

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 56, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 357, de 05 de maio de 2015, resolve:

Exonerar IVNA PONTES BARBOSA, matrícula 14754, ocupante do cargo de Técnica do MPU/Administração, do cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, do gabinete do procurador da República Marcelo Mesquita Monte, da Procuradoria da República no Estado do Ceará.

Nomear DANIELE FERNANDES DE ALBUQUERQUE, matrícula 11225, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, para o cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, do gabinete do procurador da República Marcelo Mesquita Monte, da Procuradoria da República no Estado do Ceará.

ROMULO MOREIRA CONRADO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 120, DE 26 DE MAIO DE 2020

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL, no exercício de suas atribuições, instituídas pelo art. 50, II, da Lei Complementar nº 75/93 e pelo art. 56, VI, da Portaria PGR nº 357/2015, resolve:

Nomear o servidor RAFAEL SIESSERE GUGELMIN, matrícula nº 26525, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, para a função de Assessor Nível II do GABPR8-PRGC, Código CC-2, da Procuradoria da República no Distrito Federal.

CLÁUDIO DREWES JOSÉ DE SIQUEIRA

PORTARIA Nº 121, DE 26 DE MAIO DE 2020

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL, no exercício de suas atribuições, instituídas pelo art. 50, II, da Lei Complementar nº 75/93 e pelo art. 56, VI, da Portaria PGR nº 357/2015, resolve:

Dispensar o servidor RAFAEL SIESSERE GUGELMIN, matrícula nº 26525, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, da função de Assistente Nível II do GABPR8-PRGC, Código FC-2, da Procuradoria da República no Distrito Federal. Em consequência, designar o servidor DANILO OLIVEIRA LUIZ, matrícula nº 30687, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, para exercer a referida função.

CLÁUDIO DREWES JOSÉ DE SIQUEIRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

PORTARIA Nº 117, DE 23 DE MAIO DE 2020

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO, com lastro no inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, por força do que dispõe a Portaria PGR/MPU nº 994, de 27/09/2019, publicada no DOU - Seção 2, de 30/09/2019, resolve:

Art. 1º. Dispensar a servidora Ana Célia Mateus da Motta, matrícula 27214, cedida pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, da função de Chefe do Setor Jurídico, FC-1, da Procuradoria da República no Município de Juína, a partir de 25/05/2020.

GUSTAVO NOGAMI



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 314, DE 27 DE MAIO DE 2020

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, artigo 50 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria n.º SG/MPF n.º 382, de 05 de maio de 2015, resolve:

Nomear JULIANA MONTEIRO DE SOUZA GUGELMIN, bacharela em Direito, para o cargo em comissão de Assessor Nível II do Gabinete do Procurador Gabriel da Rocha, CC-2, da Procuradoria da República no Município de Ribeirão Preto.

MARCIO SCHUSTERSCHITZ DA SILVA ARAUJO

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 111, DE 26 DE MAIO DE 2020

O Procurador-Geral de Justiça Militar, Presidente da Comissão do 12º Concurso Público para Provimento de Cargos de Promotor de Justiça Militar - 12º CPJM, considerando o disposto na Resolução nº 107/CSMPM, de 16 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, em 30 de outubro de 2019, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Portaria nº 214/PGJM, de 28 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, em 3 de dezembro de 2019, pág. 49 e 50, que constitui as Subcomissões do 12º Concurso Público para Provimento de Cargos de Promotor de Justiça Militar - 12º CPJM, no âmbito das Procuradorias de Justiça Militar nos Estados e no Distrito Federal, tendo em vista o impedimento suscitado, conforme segue:

I - Na PJM/Brasília/DF, excluir as Doutoras Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, Procuradora de Justiça Militar, Angela Montenegro Taveira e Caroline de Paula Oliveira Piloni, Promotoras de Justiça Militar, das funções de 1º, 2º e 3º Membros daquela Subcomissão, respectivamente.

II - Na PJM/Bagé/RS, excluir o Doutor Soel Arpini, Promotor de Justiça Militar, da Presidência da Subcomissão, e designar a Doutora Angela Montenegro Taveira, Promotora de Justiça Militar, como Presidente da Subcomissão do Concurso naquela Procuradoria.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 150, DE 26 DE MAIO DE 2020

O Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, no uso de suas atribuições legais, em especial as previstas no art. 1º, § 2º, III e XIII da Portaria PGT nº 1728, de 02/10/2017, com fundamento nas disposições do Decreto nº 9.373, de 11/05/2018, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, resolve:

Art. 1º Nomear Comissão incumbida de fazer o levantamento, a classificação, a avaliação e a destinação dos veículos oficiais e dos bens inservíveis da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes servidores:

Luiz Gustavo Moreira - Presidente;
 Luciano Rodrigues de Resende Chaves - membro;
 Wallace Alexandre Lopes Ferreira - membro;
 Ademir Figueiro Souza - membro;
 Ednei Alves Pereira - membro.

Art. 3º O Presidente da Comissão será substituído em suas ausências e impedimentos pelos demais componentes, obedecida a ordem estabelecida acima.

Art. 4º A Comissão terá o prazo 6 (seis) meses para o encerramento dos trabalhos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARLÉLIO DE CARVALHO LAGE

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

PORTARIA Nº 109, DE 27 DE MAIO DE 2020

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO tendo em vista o disposto no art. 1º, III, e § 2º, XXIII, da Portaria PGT nº 1728, de 2 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Designar o servidor IAN VICTOR ARAUJO DA COSTA LEITE, matrícula 6006592-3, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, para exercer o encargo de substituto eventual de Assessor Nível II do Gabinete do Procurador Chefe, código CC-2, da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região/DF-TO, no período de 08/06/2020 a 19/06/2020.

VALESCA DE MORAIS DO MONTE

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 93.2020, DE 27 DE MAIO DE 2020

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando o Memo Conjunto nº 014/2020, de 14/04/2020 e o Memo Conjunto nº 16.2020 de 18/05/2020 (TRT 20ª Região/SPT/CTVP), nos quais constam a previsão das datas e horários das Sessões Ordinárias, a serem realizadas no mês de maio do ano em curso, resolve:

Art. 1º. Retificar a Portaria nº 88.2020, de 19/05/2020, designando os Procuradores do Trabalho listados a seguir, lotados na PRT-20ª Região, para atuarem nas Sessões do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região e respectivos prosseguimentos, adiamentos e antecipações, da seguinte forma:

Dr. ADSÓN SOUZA DO NASCIMENTO:

Pleno:

- 28/05/2020 (quinta-feira), às 9h (virtual)

1ª Turma:

- 27/05/2020 (quarta-feira), às 9h - (virtual)

- 27/05/2020 (quarta-feira), às 9h - (Telepresencial)

2ª Turma:

- 14/05/2020 (quinta-feira), às 9h - (Virtual)

- 19/05/2020 (terça-feira), às 9h - (Virtual)

- 26/05/2020 (terça-feira), às 9h - (Telepresencial)

Dr. VANDERLEI AVELINO RODRIGUES:

1ª Turma:

- 06/05/2020 (quarta-feira), às 9h (em substituição no 1º Ofício Geral da PRT20 -

(virtual)

- 13/05/2020 (quarta-feira), às 9h (em substituição no 1º Ofício Geral da PRT20 -

(Telepresencial)

- 20/05/2020 (quarta-feira), às 9h. (em substituição no 1º Ofício Geral da PRT20 -

(virtual)

- 25/05/2020 (segunda-feira) às 9h (em substituição no 1º Ofício Geral da PRT20 -

Telepresencial)

2ª Turma

- 29/05/2020 (sexta-feira), às 9h (em substituição ao 2º Ofício Geral da PRT20 -

Telepresencial)

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

ALEXANDRE MAGNO MORAIS BATISTA DE ALVARENGA

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATOS DE 27 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa n.º 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, RIAMA ALVES DE VASCONCELOS, ponto n.º 124369, do cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Líder do Governo na Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa n.º 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, VALÉRIA DIAS PAES LANDIM para exercer, no Gabinete do Líder do Governo na Câmara dos Deputados, o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, VICENTE DE PAULO PEREIRA ESMERALDO para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Liberal, o cargo em comissão de Assessor Técnico, CNE-07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

RODRIGO MAIA

DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE PESSOAL
COORDENAÇÃO DE SECRETARIADO PARLAMENTAR

PORTARIAS DE 26 DE MAIO DE 2020.

O Diretor da Coordenação de Secretariado Parlamentar, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo artigo 1º da Portaria n.º 53, de 2002, do Senhor Diretor Administrativo, resolve:

Nº 1.578 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 26 de maio de 2020, ALEX LEMOS DE OLIVEIRA, ponto n.º 254428, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP08, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) PINHEIRINHO.

Nº 1.579 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 26 de maio de 2020, NADIR INÁCIO HERMES, ponto n.º 260641, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP25, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) MARCELO MORAES.

CARLOS AUGUSTO LIMA DE AZEVÊDO

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 1.245, DE 26 DE MAIO DE 2020

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 111 de 2011, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o constante no Processo nº 00200.004811/2020-85, resolve:

autorizar, pelo período de 23 de abril de 2020 a 31 de março de 2021, a prorrogação da cessão do servidor desta Casa Legislativa MARCOS ANTONIO KÖHLER, matrícula n.º 55569, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo, Especialidade Assessoramento Legislativo, ao Ministério da Economia, para continuar exercendo o cargo em comissão de Subsecretário de Direito Econômico, código DAS 101.5, na Secretaria de Política Econômica, com ônus para o órgão cedente.

ILANA TROMBKA

PORTARIA Nº 1.248, DE 27 DE MAIO DE 2020

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 00200.005924/2020-06, resolve:

declarar vago, a partir de 16/05/2020, o cargo, em comissão de Assistente Parlamentar Júnior, AP-09, do Gabinete do Senador Renan Calheiros, ocupado por MARIA DE FÁTIMA BORGES DE OMENA, matrícula nº 207126, em virtude do disposto no art. 33, inciso IX, da Lei nº 8.112, de 1990.

ILANA TROMBKA

DIRETORIA EXECUTIVA DE GESTÃO

PORTARIAS DE 21 DE MAIO DE 2020

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no artigo 1º, inciso III, do Ato da Diretoria-Geral nº 33, de 2017, combinado com a Resolução nº 13, de 2018, e considerando a necessidade de regularização das alterações ocorridas no ato concessório inicial para atendimento do disposto no Acórdão nº 3988/2020 - TCU - 2ª Câmara constante do processo nº 00200.010126/2015-21, resolve:

Nº 1.130 - alterar a Portaria da Diretoria-Geral nº 4146, de 2015, publicada na página 64, Seção II, do Diário Oficial da União de 6 de julho de 2015, que aposentou voluntariamente, com proventos integrais, o servidor LINDOLFO DO AMARAL ALMEIDA, Analista Legislativo/Redação e Revisão, Nível III, Padrão S45, para excluir a vantagem prevista no artigo 3º da Resolução (SF) nº 74, de 1994, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso III, do Ato da Diretoria-Geral nº 33, de 2017, combinado com a Resolução nº 13, de 2018, e tendo em vista o que consta no Processo nº 00200.005767/2020-21, resolve:

Nº 1.213 - fundamentado nos arts. 23 e 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019, bem como nos arts. 16, inciso I, e 77, §2º, incisos II e V, alínea "c", item 6, da Lei nº 8.213/1991, conceder pensão em caráter vitalício a MARIA DAS GRAÇAS MACHADO PEREIRA, na condição de cônjuge, e em caráter temporário a HIAGO MACHADO

